

PLANOS MUNICIPAIS DE CULTURA: DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO FEDERATIVA

Luana Vilutis¹
Ernani Coelho²

RESUMO: Este artigo tem como pano de fundo a reflexão a respeito da institucionalização da política cultural brasileira frente aos desafios da integração federativa proposta pelo Sistema Nacional de Cultura. O histórico do Plano Nacional de Cultura é traçado com foco no atual estágio de consolidação institucional dos planos de cultura em vinte municípios do País contemplados Projeto de Assistência Técnica à Elaboração de Planos Culturais de Capitais e Regiões Metropolitanas, realizado pela Universidade Federal da Bahia em parceria com o Ministério da Cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Nacional de Cultura; Sistema Nacional de Cultura; Projeto de Assistência Técnica à Elaboração de Planos Culturais de Capitais e Regiões Metropolitanas; Ministério da Cultura.

1. Introdução

Esse trabalho faz parte de análises que serão conduzidas no âmbito do Projeto de Assistência Técnica à Elaboração de Planos Culturais de Capitais e Regiões Metropolitanas (Projeto MinC-UFBA). A partir dessa atividade, uma cooperação entre Ministério da Cultura e a Universidade Federal da Bahia, está sendo possível levantar um conjunto de dados atuais e relevantes sobre o desenvolvimento da cultura e seu estágio de consolidação institucional em vinte municípios do País.

O presente texto ainda deve ser considerado como uma prévia, uma visão ainda aproximativa do objeto de estudo. O ponto em discussão diz respeito ao nível de integração entre

-
- 1 Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA; consultora do Projeto de Assistência Técnica à Elaboração de Planos Culturais de Capitais e Regiões Metropolitanas. Email: luanavilutis@gmail.com
 - 2 Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Professor Adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia e coordenador geral do Projeto de Assistência Técnica à Elaboração de Planos Culturais de Capitais e Regiões Metropolitanas. E-mail: ecneto@ufba.br

as metas nacionais do Plano Nacional de Cultura (PNC) e as realizações que a equipe do projeto está verificando no contexto municipal. De forma mais precisa, sendo parte constitutiva do Sistema Nacional de Cultura (SNC), o PNC estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento do setor cultural. As metas são amplas e percorrem por diversos temas. O objetivo do presente trabalho é analisar o nível de avanço dos municípios em relação a um conjunto de metas selecionadas, voltadas ao desenvolvimento sustentável da cultura.

Os dados para a comparação foram obtidos através da aplicação de questionários em cada uma das cidades envolvidas no projeto. Tratam-se de 12 capitais: Aracaju/SE; Belo Horizonte/MG; Campo Grande/MS; Florianópolis/SC; Fortaleza/CE; João Pessoa/PB; Manaus/AM; Porto Alegre/RS; Recife/PE; Rio de Janeiro/RJ; São Luís/MA; Vitória/ES e 8 cidades de regiões metropolitanas: Betim/MG; Joinville/SC; Laranjeiras/SE; Olinda/PE; Sabará/MG; Santa Luzia/MG; São Caetano do Sul/SP e São Leopoldo/RS. Os municípios em questão aderiram ao Sistema e, dessa forma, estão comprometidos com as metas, devendo elaborar seus planos de cultura no prazo de até um ano após a assinatura do Termo de Adesão ao SNC.

O artigo está organizado em três partes. A introdução – seção 1 – apresenta ao leitor a natureza do tema do trabalho e uma síntese dos objetivos e procedimentos. A seção seguinte (2) apresenta um breve contexto sobre planos de cultura como instrumento de gestão. Na seção 3 são apresentados os detalhes do Projeto MinC-UFBA com alguns dados organizados e a discussão sobre os achados.

2. O planejamento como instrumento de desenvolvimento da cultura

O planejamento é uma prática antiga. No campo da administração e da economia, por exemplo, é uma atribuição profissional elementar. Pessoas, organizações e governos empregam técnicas muito diferentes para definir suas estratégias e objetivos. Não obstante, planejar é um ato relacionado sempre ao mesmo problema: a escassez e a melhor forma de se empregar os meios a disposição. Planejar significa empregar esforços para aproveitar o máximo dos recursos no agora para que uma situação futura desejada tenha mais chances de acontecer.

As técnicas de planejamento podem ser aplicadas a quase todas as situações e atividades.

Compreensivelmente, cada conteúdo e contexto político e institucional colocam condições peculiares para seu uso e sucesso. A cultura é um desses contextos que traz dificuldades adicionais para os planejadores e formuladores de políticas. Sem aprofundar nessa discussão, mas apenas para situar o que queremos dizer, cultura é um conceito polissêmico – por vezes ambíguo - como fenômeno é profundamente enraizada no cotidiano, é produto de uma interação complexa de interesses e desejos da sociedade, sua produção acontece numa estrutura fragmentada e muito descentralizada. Ou seja, cultura é algo difícil de ser administrado, daí as dificuldades de se aplicar instrumentos de gestão como o planejamento.

Mercer (2006) nota que a cultura vem sendo entendida como um ativo estratégico para as cidades e para o desenvolvimento urbano. Na medida em que as economias dependem mais de conteúdos intangíveis para criar valor e para acelerar o crescimento, a riqueza cultural e a propensão à criatividade de uma comunidade são expressões de valor. Como tal, muitos planejadores urbanos e formuladores de políticas passaram a enxergar os ativos, equipamentos, facilidades e meios de produção ligados à cultura como instrumentos estratégicos para a transformação de lugares e comunidades. O mesmo autor relaciona algumas das áreas em que a cultura pode assumir um papel estratégico: na reestruturação de negócios, na melhoria da qualidade de vida, na redução de conflitos, no desenvolvimento das habilidades da mão-de-obra local.

Se a cultura pode ser vista como um recurso para o desenvolvimento, trata-se de algo mais do que uma abordagem ou estratégia. A cultura manifesta identidades e sugere formas específicas de um grupo se enxergar na sua relação com o seu meio. Por isso, a tarefa de planejar a cultura envolve mais do que mobilizar e harmonizar recursos. Envolve, também, formas de garantir a diversidade e meios de expressão.

A cultura é um objeto difícil para o planejamento. Especialmente no contexto das cidades e territórios. Os grupos relevantes são inúmeros e todos são afetados por decisões nesse campo, direta ou indiretamente. Os interesses são, muitas vezes, conflitantes. Proliferam visões alternativas sobre o futuro desejado. Assim, a tarefa de planejar a cultura exige cuidados especiais. Em particular a necessidade de formas participativas de elaboração e esforços de envolvimento dos segmentos mais variados.

2.1 Institucionalidade da política cultural brasileira

A instabilidade é reconhecida como uma das principais características da política cultural brasileira e também um desafio estratégico a ser superado. Para Albino Rubim (2007), a ausência e o autoritarismo são outras tristes tradições da política cultural do Estado Brasileiro que, conjugadas, produzem a instabilidade. Ela decorre de diversos fatores, como a descontinuidade administrativa, a fragilidade política e a falta de reconhecimento público e privado da importância da cultura no desenvolvimento nacional. A cultura política que desobrigou o Estado nacional de assumir a sua responsabilidade na condução das políticas culturais durante vários anos relegou a segundo plano o interesse público da cultura na definição das políticas federais. Podemos identificar a instabilidade no âmbito institucional, decorrente da falta de continuidade das políticas culturais, do baixo orçamento destinado à pasta, da ausência de qualificação e aumento do corpo funcional, bem como da ausência de planejamento e de integração federativa das políticas culturais.

A descentralização e nacionalização das ações públicas são aspectos que contribuem para superar esse desafio e alcançar a estabilidade. Isso ocorre pela necessidade de atuação em uma perspectiva sistêmica, que supere a lógica desigual de distribuição dos equipamentos, recursos e programas. A existência de políticas públicas de Estado que institucionalizem a política cultural para que esta seja capaz de ultrapassar, na dimensão temporal, os períodos de mandatos dos governantes, é parte do desafio de superação da tradição de instabilidade no campo da cultura. Acreditamos que isso faz parte de um processo de formação política que reconhece e valoriza a cultura como um direito de cidadania, estimulando a participação e a pactuação social a médio e longo prazo na execução das ações públicas.

O Sistema Nacional de Cultura é um instrumento que oferece mecanismos de superação desta triste tradição, na medida em que busca contribuir e estimular a institucionalização da cultura e das políticas culturais em bases sólidas e duradouras. O SNC prevê um conjunto de componentes interdependentes, já conhecido com o “CPF da Cultura”. Trata-se de mecanismos que os municípios e estados devem constituir ao aderirem ao Sistema, a saber: um Conselho de Políticas Culturais; um Plano de Cultura e o Fundo de Cultura. Além disso, o SNC também prevê

aos entes federados que a ele aderirem, a criação de um órgão público exclusivo da cultura, de um Sistema de Informações e Indicadores Culturais e a existência de Lei de Incentivo à Cultura. No SNC esses mecanismos interagem entre si em torno de objetivos em comum, tendo como finalidade garantir a sustentação orgânica e institucional da área cultural dos entes federados – União, Estados e Municípios.

O planejamento da cultura no nível estadual como municipal é uma etapa necessária para a institucionalização do SNC, envolvendo governantes, agentes públicos e sociais, comunidade artístico-cultural e sociedade em geral, operando como cartas de navegação para nortear os rumos da política cultural e a sua execução nas três instâncias de governo.

Sabemos que o Sistema isoladamente não representa o avanço necessário para a institucionalização da política cultural do Estado brasileiro, mas a articulação e sinergia entre os seus componentes é peça-chave para que essa engrenagem funcione e traga inovações no campo da cultura. Dos cinco componentes do SNC, destacamos o Plano de Cultura e o Conselho de Política Cultural como os principais espaços de exercício do direito à participação na vida cultural.

O SNC ainda não está regulamentado, embora a Proposta de Emenda à Constituição 416/05, que institui os princípios do Sistema, tenha sido aprovada pela Câmara dos Deputados em sessão do dia 30 de maio de 2012. Ainda assim, a lógica do Sistema Nacional de Cultura funciona, de fato, como um mecanismo de referência para a relação dos entes públicos que operam e viabilizam as políticas públicas do setor.

Embora em estágios diferenciados, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) vem sendo implantado em todo Brasil, em estados e municípios, em um processo acelerado. Segundo o MinC, em dezembro de 2010 havia 337 municípios e apenas um estado integrados ao SNC; ao término de 2011, 782 municípios e 17 estados haviam aderido ao Sistema (BRASIL, 2012).

A aprovação e regulamentação do Plano Nacional de Cultura representa o principal avanço na institucionalização do marco legal da cultura realizado na gestão Lula. Ele dá forma concreta e operacional ao pacto federativo que começa a ser executado na política cultural brasileira.

2.2 Histórico do Plano Nacional de Cultura - PNC

O processo de formulação e articulação do PNC teve início no primeiro ano da gestão Lula e passou por diferentes momentos, possíveis de serem identificados em 4 etapas: a primeira de formulação e articulação (2003-2005); seguida do diagnóstico e definição das diretrizes gerais (2006-2007); a consolidação e votação do PNC (2008-2010) antecede a etapa atual de sua implementação (2011-2012).

Em 2003, o MinC realizou 20 encontros do seminário Cultura para Todos onde a temática do Plano foi recorrente. A mobilização das Câmaras Setoriais ocorrida em 2004 e 2005, bem como a I Conferência Nacional de Cultura (2005) foram iniciativas representativas da ampliação dos espaços de diálogo com a sociedade civil. Nesses espaços, os representantes de setores artísticos aportaram demandas e apontaram prioridades à política cultural brasileira. Em julho de 2005 aprovou-se no Congresso Nacional a Ementa Constitucional 48 que prevê a elaboração plurianual do Plano Nacional de Cultura no Brasil.

Os anos de 2006 e 2007 correspondem à etapa de diagnóstico e definição de diretrizes gerais que orientaram o planejamento do PNC. É nesse período que temos um aumento de pesquisas e estudos na área cultural, com a elaboração do Suplemento de Cultura da Munic pelo IBGE e MinC, além de outros estudos do BNDES e IPEA.

O conjunto desses documentos, pesquisas, resoluções e propostas subsidiaram a elaboração do projeto de lei do Plano Nacional de Cultura, encaminhado ao Congresso Nacional em 2006. A intensificação da articulação entre o legislativo e o executivo levou nesse período à formulação conjunta das diretrizes gerais do PNC pelo MinC e a Câmara dos Deputados, seguida de audiências públicas e debate aberto na internet. Ao final do ano de 2007 foi criado o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) que passou a ser um órgão fundamental de elaboração, aprovação e implementação do PNC, além de possuir a atribuição e o desafio de articular o debate e as ações entre governo e a sociedade civil. Durante o ano de 2008 ocorreram as audiências públicas e debates via internet sobre o Plano que foram sistematizadas e incorporadas ao PNC. A orientação setorial da política cultural brasileira teve mais um avanço em 2009 com a institucionalização dos colegiados setoriais do Conselho Nacional de Política Cultural.

A II Conferência Nacional de Cultura - CNC realizada em 2010 inaugurou a etapa de consolidação e votação do PNC com a ratificação dos principais conceitos e conteúdos do PNC. Além disso, na Conferência foram identificadas as 32 propostas prioritárias da política cultural brasileira, dentre as quais consta a necessidade da aprovação do marco regulatório do Plano. O trabalho setorial e territorial realizado no processo da II CNC tem o mérito de abarcar amplamente as especificidades na definição das políticas culturais, o que pode ser identificado na existência de 9 planos setoriais (planos de artes visuais, circo, dança, teatro, música, culturas indígenas, culturas populares, museus e o já existente Plano Nacional de Livro e Leitura-PNLL).

Em dezembro de 2010, a Lei nº12.343 foi sancionada, instituindo o PNC e criando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC. Este Sistema prevê a integração de base de dados do MinC com cadastros já existentes, como o de museus e bibliotecas, além de envolver outras bases de dados federais. Por ser um sistema de monitoramento do próprio PNC, o SNIIC integrará também dados dos estados e municípios.

O PNC constitui um importante instrumento do SNC porquanto o seu conteúdo representa as motivações e as expectativas de segmentos representativos da sociedade brasileira sobre o desenvolvimento e progresso da cultura e da arte, até 2020, com previsão de revisão a cada 4 anos.

A lei do PNC foi aprovada e suas proposições e desafios estão organizados em 5 capítulos; 14 diretrizes; 36 estratégias e 275 ações, mas sem as metas, o que foi elaborado no ano seguinte, em 2011, num processo participativo envolvendo consulta pública, seminários e plataforma digital que culminou em 53 metas. As metas são abrangentes e apontam a necessidade de obter fontes de aferição, de preferência por meio de fontes existentes ou possíveis de serem construídas, desafio a ser atendido pelo SNIIC. As metas do Plano Nacional de Cultura foram atrelados ao Plano Plurianual 2012-2015, o que garantirá sua execução.

O PNC foi concebido como forma de contribuir para o desenvolvimento cultural do país, orientando e traçando o percurso para a transformação da realidade. Contudo, sendo a cultura uma função de responsabilidade de todos os entes da Federação, é fundamental que estes também empreendam seu planejamento específico para que às especificidades regionais, locais e territoriais, sejam incorporadas às estratégias dos atores locais

e setoriais.

É nessa perspectiva que a lei do PNC prevê a assistência técnica a estados e municípios, estabelecendo como responsabilidade da União estimular que as demais esferas se capacitem para o exercício de suas responsabilidades a partir de um planejamento adequado e alinhado às diretrizes nacionais.

Em 2011 inaugura-se a etapa de implementação do PNC onde destacamos a elaboração dos planos culturais municipais e estaduais. Atualmente são 17 Estados e 20 municípios que estão elaborando seus planos culturais com assessoria de Universidades (Universidade Federal da Bahia – UFBA e Universidade federal de Santa Catarina - UFSC) e acompanhamento do MinC (pelas Secretaria de Articulação Institucional e Secretaria de Políticas Culturais). O caráter inédito deste trabalho de elaboração dos planos culturais diz respeito à integração dos três eixos federados, das universidades e do protagonismo da sociedade.

Tendo o Plano Nacional e suas metas como maior referência e acúmulo, o desafio atual é transformar a Lei do PNC em realidade. Os mecanismos de participação social reforçados no processo de consolidação do SNC, como os conselhos e as conferências de cultura agora vivem o desafio de desdobrar suas consequências práticas e transformarem-se em instrumento de fomento.

3. Projeto MinC-UFBA

O Projeto de Assistência Técnica à Elaboração de Planos Culturais de Capitais e Regiões Metropolitanas é uma iniciativa do MinC, realizado pela Universidade Federal da Bahia, no sentido de colaborar com as cidades envolvidas na elaboração dos seus Planos de Cultura. O objetivo é prover assistência técnica para 12 Capitais e 8 cidades de regiões metropolitanas do país, selecionadas pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura de Capitais e Regiões Metropolitanas e apoiada financeiramente pela Secretaria de Articulação Institucional do MinC.

As ações do Projeto incluem a contratação, capacitação e gerenciamento de consultores locais em cada uma das cidades atendidas, a mobilização e integração das autoridades municipais, o levantamento e pesquisa da situação da cultura no município, o desenvolvimento e

aplicação de metodologias participativas de planejamento e a produção de guias e documentação técnica. O Projeto tem previsão de conclusão para dezembro de 2012 e, no seu conjunto, está estruturado com base nas seguintes ações:

- I. Ações preparatórias;
- II. Implantação das instâncias de governança locais e nacionais;
- III. Seminários de integração e alinhamento técnico;
- IV. Mapeamento da situação institucional da cultura nos municípios;
- V. Montagem do plano de ação dos núcleos municipais;
- VI. Acompanhamento e orientação dos núcleos municipais.

Dentre os 20 municípios contemplados no Projeto que elaborarão seus planos culturais, há contextos diversos que envolvem desde municípios com planos instituídos em lei a municípios sem planos; municípios com conselhos de cultura e municípios sem conselho, dentre outras diferenças. Nenhum município definiu até o momento as metas para seus planos culturais e esse é um elemento comum para todos os envolvidos no projeto. A metodologia de trabalho proposta pela UFBA prevê um processo participativo de elaboração do plano, com planejamento composto dos seguintes módulos: caracterização do município; diagnóstico situacional da cultura; visão de futuro; metas estratégicas; ações e gestão do plano municipal de cultura.

A autonomia dos entes federados é elemento chave no processo de elaboração dos planos culturais; a condução executiva de elaboração dos planos é dos órgãos públicos, ficando a cargo dos Conselhos de Políticas Culturais sua validação. O MinC e as Universidades dão suporte técnico ao processo que terá dinâmica local própria.

O desafio apresentado aos municípios neste Projeto torna-se complexo em decorrência de dois fatores, um estrutural e outro conjuntural. De modo geral, os planos municipais precisam estar sintonizados com os planos estaduais, com o plano nacional, além de considerar a dimensão setorial e territorial do seu contexto. Em termos conjunturais, a elaboração dos planos de cultura contemplados neste Projeto coincide com o ano de eleições municipais, o que intensifica o trabalho de pautar a cultura de forma mais vasta e estratégica na agenda pública, além de evitar que o plano entre em disputas políticas que não agregam à sua finalidade e proposta.

3.1 Diagnóstico situacional dos municípios

O diagnóstico do desenvolvimento da cultura realizado pelos municípios contemplou duas dimensões: uma institucional e outra da infra-estrutura básica da cultura e das políticas culturais municipais. O levantamento institucional foi realizado com base no Formulário do Ministério da Cultura, criado para reunir informações acerca do grau de institucionalidade e maturidade do SNC. O levantamento da infraestrutura cultural utilizou como base um instrumental elaborado pela equipe técnica da UFBA com o objetivo de orientar um levantamento sobre a cultura dos municípios à luz da Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura.

Por compreender o diagnóstico como plataforma de lançamento e projeção, ele subsidiará, fundamentará e justificará o restante do Plano. Embora as metas nacionais do PNC não possam determinar o processo próprio de elaboração das metas dos planos municipais, é importante reconhecer que elas são uma referência de convergência dos planos culturais das três esferas de governo. Sendo assim, parte da realidade factual e da situação atual dos municípios foi diagnosticada a partir das metas nacionais.

O levantamento da infra-estrutura e políticas culturais foi organizado em 9 agrupamentos temáticos: reconhecimento e promoção da diversidade cultural; desenvolvimento sustentável da cultura; educação e produção de conhecimento; fomento e financiamento; criação e fruição; circulação, difusão e consumo; ampliação e qualificação de espaços culturais; participação social; fortalecimento institucional e articulação federativa. A análise aqui proposta focará o agrupamento temático relativo ao desenvolvimento sustentável da cultura.

A meta 07 do PNC prevê o mapeamento de 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa. Estima-se, assim, a identificação dos elos das cadeias produtivas da economia criativa cujas atividades econômicas estejam voltadas a espetáculos e celebrações; música; dança; teatro; artes visuais; artesanato; livros e periódicos; audiovisual e mídias interativas; design e serviços criativos, ou outros segmentos.

Essa meta nacional aponta para a importância do mapeamento de cadeias produtivas constituir meta dos planos setoriais a serem elaborados. Para tanto, é importante identificar o seu alcance nos municípios contemplados no Projeto. Dos 19 municípios que responderam ao levantamento cultural, 5 deles afirmaram possuir estudo da cadeia produtiva da economia da

cultura. Os segmentos estudados foram: artesanato (em 3 dos 5 municípios); música, design e espetáculos e celebrações.

A meta 11 do PNC é voltada à valorização do trabalhador da cultura e prevê o aumento em 95% no emprego formal do setor cultural. A redução da informalidade do trabalho artístico é uma meta que requer a adequação da legislação trabalhista relacionada aos trabalhadores da cultura, pois a formalização do mercado de trabalho do setor cultural deve acompanhar a regulamentação de diversas profissões e a revisão tributária, cuja maior incidência inclusive situa-se em âmbito municipal. O levantamento da quantidade de postos de trabalho existentes no setor cultural dos municípios contemplados no Projeto é uma informação que ainda precisa ser mapeada, visto que nenhum dos municípios afirmou possuí-la.

Outra lacuna de informação identificada no diagnóstico municipal diz respeito à índices de participação do setor cultural no total das receitas próprias do Município. Nenhum município do Projeto afirmou possuir essa informação. Tendo em vista a meta 53 do PNC, em que estima-se a participação de 4,5% do setor cultural brasileiro no Produto Interno Bruto em 10 anos, considerou-se importante mapear se os municípios possuem dados que expressem o potencial das atividades culturais na promoção do desenvolvimento municipal, regional e nacional. A ausência de informações reforça a tendência já assimilada pelo MinC e órgãos de pesquisa do Brasil, como o IBGE, de mensurar com precisão e periodicidade o impacto das atividades culturais na economia do Brasil e elaborar a Conta Satélite da cultura.

A elaboração dos planos de cultura aporta o desafio de dar consequência prática ao artigo 215 da Constituição e aos princípios da política pública de cultura. Tratam-se de desafios de longo prazo, como é a própria definição do direito cultural. A necessidade de consolidar instrumentos institucionais e instrumentos de participação social aponta um longo caminho a percorrer. Como exemplo, temos o dado do Anuário da Cultura em que apenas 4,35% dos municípios brasileiros possuem órgão exclusivo de cultura (BRASIL, 2010, p.231). Certamente a institucionalidade da política cultural a partir do SNC modificará substancialmente esse dado na próxima década.

Um dos principais desafios enfrentados no processo de elaboração dos Planos Municipais de cultura é extremamente formativo e diz respeito ao amadurecimento das ações públicas locais

no âmbito da cultura. Trata-se da oportunidade dos municípios estruturarem e institucionalizarem sua política cultural, superarem a operação dispersa de um conjunto de ações culturais, na maioria das vezes eventos, de maior ou menor escala, mas que não são integrados de modo sistêmico em projetos e programas de uma política cultural municipal, com consistência conceitual e em diálogo com a sociedade civil.

Referências bibliográficas:

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (Org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: Edufba, 2005, p. 33-52.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Caderno Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura*. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais*. Brasília, DF, 2a edição, 2010.

BRASIL, Ministério da Cultura. *Sistema Nacional de Cultura - Adesão ao Sistema superou metas para 2011, de acordo com secretário da SAI/MinC*. 06 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2012/01/06/sistema-nacional-de-cultura-31/>. Acesso em: 04 jun. 2012.

CANCLINI, Néstor Garcia. Definiciones em transición. In: MATO, Daniel (Org.) *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2001, p. 65.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS. *Revisões de texto realizadas pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais*. Brasília, junho de 2008.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. In: *Revista Rio de Janeiro*, (15), p. 45-65, janeiro / abril de 2005.

GRAY, Clive. Managing the Unmanageable: The Politics of Cultural Planning. *Public Policy and Administration*, V.21, n.2 (Sum 2006), p.101-113. 2006.

MERCER, Colin. Cultural planning for urban development and creative cities. Paper presented at the conference *Culture and Creativity as a Driving Force in Local and Regional Redevelopment*. Helsinborg, Sweden 2006. Disponível em: <http://va.mu/V5MA>. Acesso em 03 jun. 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA e CÂMARA DOS DEPUTADOS. Plano Nacional de Cultura. 1. ed. Brasília, Ministério da Cultura / Câmara dos Deputados, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA e CÂMARA DOS DEPUTADOS. Plano Nacional de Cultura. 2. ed. revista e ampliada. Brasília, Ministério da Cultura / Câmara dos Deputados, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.) *Teorias e políticas da cultura*. Visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007, p.139-158.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do Governo Lula / Gil: Desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BAYARDO, Rubens (Orgs.) *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: Edufba, 2008, p.51-74.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. Brasília, DF: MinC, 2007.

SMITH, Melanie K. Towards a cultural planning approach to regeneration. In: SMITH, Melanie K. (org.). *Tourism, Culture and Regeneration*. Cab International, London, UK, 2007. Disponível em: <http://va.mu/V5Lx>. Acesso em: 03 jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Projeto de Assistência Técnica à Elaboração de Planos Culturais de Capitais e Regiões Metropolitanas. Salvador/BA, 2012.